

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### ASSESSORIA DE IMPRENSA

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3229.3101



## Contas do Estado podem sofrer bloqueio

**SALÁRIOS ATRASADOS** Promotora entra com ação para forçar o governo a pagar folha de dezembro

**Karla Araújo**  
karla.araujo@opopular.com.br

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), por meio da promotora Carmem Lúcia Santana de Freitas, entrou com ação civil pública pedindo o bloqueio de todas as contas do Estado de Goiás até o valor R\$ 763 milhões, montante necessário para o pagamento dos salários e demais vencimentos atrasados do funcionalismo público referentes ao mês de dezembro. Esta é a primeira vez que o Estado é alvo de ação que contempla todas as categorias que estão com salários atrasados. Sindicatos e associações que representam estes servidores já tinham acionado a Justiça nas últimas semanas e cinco conseguiram liminares.

Na ação, a promotora afirma que pede o bloqueio das contas

para evitar danos ao patrimônio público estadual. “Nota-se que, além de uma desorganização administrativa, vive o Estado de Goiás em poder quase ditatorial do administrador público, quando este opta por realizar o pagamento da folha de pagamento do mês de janeiro de 2019, antes de quitar o mês de dezembro/2018 e do 13º salário dos aniversariantes de dezembro.” Carmem afirma que o Estado está fazendo “o pagamento de servidores no dia e da forma que lhe apraz”.

### CAIXA

Procuradora-geral do Estado, Juliana Diniz afirma que o Estado ainda não foi notificado oficialmente sobre a ação. “O governo tem compromisso com o pagamento da folha de dezembro. A questão é ausência de caixa. O governador já foi à Brasília e tem buscado recurso para o pronto pagamento. A questão aqui não é sobre o direito ou prioridade de pagamento, é econômica.”

Em coletiva de imprensa na tarde de ontem durante visita do ministro da Cidadania, Osmar Terra, a Goiânia, o governador Ronaldo Caiado afirmou que recebe a ação do Ministério Público com tranquilidade. “Posso mostrar o extrato do que tem no caixa. Com o dinheiro que entrou, ou eu pago os servidores ou atendo às condições de urgência na saúde e os pontos mínimos da segurança pública, para manter as viaturas rodando nas ruas.”



*Além de uma desorganização administrativa, vive o Estado de Goiás em poder quase ditatorial do administrador público”*

Carmem Lúcia Santana de Freitas, promotora de Justiça



## Gomide quer parceria com TCE

O deputado Antônio Gomide visitou o presidente do TCE, Celmar Rech, colocando seu mandato para ser parceiro na fiscalização das contas públicas. Ele, também, protocolizou um requerimento a fim de garantir o cumprimento dos convênios do **Golás na Frente** e os municípios. 'Acreditamos que garantir o término das obras é questão de responsabilidade com as cidades e o povo goiano', comentou o parlamentar. Com eles na foto, Sebastião Tejeta.



## Caiado: governo federal prepara projeto de socorro financeiro que vai beneficiar Goiás

DA REDAÇÃO

**A**pós reunião de quase duas horas no Ministério da Economia, em Brasília, o governador Ronaldo Caiado afirmou que o governo federal prepara um projeto a ser enviado ao Congresso Nacional para ajudar Estados em situação de calamidade financeira, onde Goiás se encaixa. A proposta deve ser anunciada pela equipe econômica nos próximos dias. A informação foi confirmada a Caiado pelo ministro anfitrião Paulo Guedes.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, será o responsável pela elaboração da proposta. Cada governador, de acordo com sua realidade, definiria como fazer contenção de gastos, quais as medidas de austeridade e a forma de diminuir a máquina pública para poder ter acesso a esse crédito. "É o governo federal nos repassaria valores para aplicarmos naquelas áreas que são mais estratégicas e emergenciais", disse Caiado.

Ele disse ainda que o projeto vai contemplar os estados e os governadores recém-eleitos, que herdaram situação de total ingovernabilidade. "Essa matéria será por lei ordinária ou por lei complementar. A União daria o aval para ter acesso a esses recursos, não importando a nota no Tesouro" afirmou.

Caiado informou que o regime de recuperação fiscal está descartado para Goiás. "É que o único estado que realmente foi inserido no regi-



Ronaldo Caiado e Paulo Guedes: apoio aos Estados para recuperar economia

me de recuperação fiscal foi o Estado do Rio de Janeiro. E você vê que estão vivendo um verdadeiro colapso. Então, não foi a solução", sentenciou. "Se eu (agora) posso escolher, lógico que eu prefiro, dentro de uma nova mentalidade, um novo projeto que está sendo elaborado pelo Mansueto e toda equipe junto com nossos secretários. Eu prefiro esse projeto", argumentou.

Previdência—O governador Ronaldo Caiado afirmou ainda que, em relação à Reforma da Previdência, Paulo Guedes disse que governadores e prefeitos podem ficar tranquilos. "Todas as mudanças ocorridas no cenário nacional também serão implantadas nos estados e municípios, que são os maiores empregadores, não a União", observou.

Segundo ele, Guedes não vai

aceitar o uso de empresas estatais como garantia do passivo da Previdência. E que por isso saiu uma divergência na imprensa dizendo que Estados e municípios não seriam atendidos na reforma da Previdência. Mas que as dívidas foram sanadas e que todos serão contemplados. "Eu concordo com o ministro. Afinal de contas, uma estatal é propriedade de toda a população e do Estado. En-

tão, não é correto que você vincule uma estatal à dívida apenas da Previdência", assinalou.

Caiado disse também que a questão da alíquota extraordinária será apoiada pelos os governadores. "Acho fundamental, até porque aquilo que é cobrado hoje do nosso estado, nós já temos esse limite em até 14,25%. E para você ter uma ideia, o Tesouro tem que repassar R\$ 200 milhões a cada mês para cobrir os gastos com a Previdência. O sentimento é exatamente da aprovação dessa alíquota extraordinária, que possa suprir essa situação do passivo da Previdência", argumentou.

Caiado disse ainda acreditar que a reforma da Previdência será automática e verticalizada para estados e municípios. Sem período de carência. Mas cada governador terá a prerrogativa de cumprir ou não, de acordo com a realidade local.

Na opinião dele, a reforma da Previdência vai resolver o problema dos estados: "É a única saída. Ou nós vamos mudar, vamos buscar uma saída definitiva, ou governadores e prefeitos vão cada vez mais construir uma situação que ela será intransponível". Caiado disse também que não existirá governabilidade se não forem propostas mudanças importantes. "Não adianta mais ou menos. Ou vamos fazer algo que realmente revigore e dê expectativa para o país poder sair dessa situação, ou senão a governabilidade se torna impraticável no Brasil", enfatizou.